RELATORIA:	**DEB**
TERMO:	**VOTO À DIRETORIA COLEGIADA**
NÚMERO:	**037/2019**
OBJETO:	**INCLUSÃO DA LINHA RECIFE/PE – IMPERATRIZ/MA, E SEÇÕES, DA EMPRESA AUTO VIAÇÃO CRUZEIRO LTDA.**
ORIGEM:	**SUPAS**
PROCESSO (S):	**50501.358321/2018-65**
PROPOSIÇÃO PRG:	**NÃO HÁ MANIFESTAÇÃO**
PROPOSIÇÃO DEB:	**POR INDEFERIR**
ENCAMINHAMENTO:	**À VOTAÇÃO – DIRETORIA COLEGIADA**

I - DAS PRELIMINARES

Trata-se de solicitação da empresa **AUTO VIAÇÃO CRUZEIRO LTDA** para implantação da linha Recife/PE – Imperatriz/MA.

II – DOS FATOS

Em 22/11/2018, a empresa AUTO VIAÇÃO CRUZEIRO LTDA protocolou correspondência nesta Agência sob o nº 50501.358321/2018-65 (fl.02), por meio da qual solicita a implantação da linha Recife/PE – Imperatriz/MA e as seções listadas no quadro a seguir:

MCSL

DE	PARA
Recife/PE	Picos/PI
	Oeiras/PI
	Floriano/PI
Vitória de Santo Antão/PE	Picos/PI
	Oeiras/PI
	Floriano/PI
	Pastos Bons/MA
	São Raimundo das Mangabeiras/MA
	Balsas/MA
	Carolina/MA
	Estreito/MA
	Porto Franco/MA
Caruaru/PE	Picos/PI
	Oeiras/PI
	Floriano/PI
	Pastos Bons/MA
	São Raimundo das Mangabeiras/MA
	Balsas/MA
	Carolina/MA
	Estreito/MA
	Porto Franco/MA
Arcoverde/PE	Picos/PI
	Oeiras/PI
	Floriano/PI
	Pastos Bons/MA
	São Raimundo das Mangabeiras/MA
	Balsas/MA
	Carolina/MA
	Estreito/MA
	Porto Franco/MA
Serra Talhada/PE	Picos/PI
	Oeiras/PI
	Floriano/PI
	Pastos Bons/MA
	São Raimundo das Mangabeiras/MA
	Balsas/MA
	Carolina/MA
	Estreito/MA
	Porto Franco/MA
Salgueiro/PE	Picos/PI
	Oeiras/PI
	Floriano/PI
	Pastos Bons/MA
	São Raimundo das Mangabeiras/MA
	Balsas/MA
	Carolina/MA
	Estreito/MA
	Porto Franco/MA
Parnamirim/PE	Picos/PI
	Oeiras/PI
	Floriano/PI
	Pastos Bons/MA
	São Raimundo das Mangabeiras/MA
	Balsas/MA
	Carolina/MA
	Estreito/MA
	Porto Franco/MA
Ouricuri/PE	Picos/PI
	Oeiras/PI
	Floriano/PI
	Pastos Bons/MA
	São Raimundo das Mangabeiras/MA
	Balsas/MA
	Carolina/MA
	Estreito/MA
	Porto Franco/MA
Araripina/PE	Picos/PI
	Oeiras/PI
	Floriano/PI
	Pastos Bons/MA
	São Raimundo das Mangabeiras/MA
	Balsas/MA
	Carolina/MA
	Estreito/MA
	Porto Franco/MA
Floriano/PI	Imperatriz/MA

MCSL

II – DA JUSTIFICATIVA E DA ANÁLISE PROCESSUAL

Por meio da Resolução nº 4770, de 25 de junho de 2015, a regulamentação da prestação dos serviços públicos regulares de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros foi instituída sob o regime de autorização.

Diante do novo regime estabelecido aos atuais serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, por meio da Resolução nº 5.285/2017, decidiu pela regulamentação da matéria relativa à implantação de seções em linhas operadas sob o regime de autorização.

Os artigos 14 e 15 da Resolução nº 5.285/2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização, dispõem:

> *"Seção III*
> ***Da Implantação e Supressão de Linha***
> ***Art. 14**. Poderá ser implantada linha, desde que a transportadora seja detentora de autorização para operar o mercado.*
> ***Art. 15**. Nas solicitações de implantação de linha, deverão ser apresentados os seguintes dados e informações:*
> *I - identificação da linha que se pretende implantar;*
> *II - esquema operacional e quadro de horários pretendidos para a linha;*
> *III - itinerário gráfico (mapa) da linha, com as rodovias percorridas, localidades situadas ao longo do trajeto, terminais e pontos de seção pretendidos;*
> *IV - quilometragem dos acessos viários e indicação de tipos de pavimento; e*
> *V - impactos na operação de mercados já existentes.*
> *Parágrafo único. O disposto no inciso V deverá ser apresentado apenas nos casos de implantação de serviço independente oriundo dos secionamentos intermediários de uma linha já existente, devendo considerar a frequência mínima, sem prejuízo de outros elementos que julgar necessários*

A Portaria SUPAS nº 249/2019 normatiza os critérios de análise de processos administrativos dos mercados tratados no inciso III do art. 1º da Deliberação nº 224/2016, ou seja, aqueles mercados que não possuem atendimento no sistema. Por intermédio da citada portaria foi estabelecido, dentre outros:

> *(...) Art. 3° Deverá ser considerada ausência de impacto direto sobre os mercados operados por outra transportadora se: I - o mercado requerido não estiver autorizado a outra transportadora; (...)*

Conforme pesquisa no Sistema de Gerenciamento de Permissões, verificou-se que o mercado pleiteado já possui atendimento como mercado secundário por outras empresas.

MCSL

A Lei nº 10.233/2001 dispõe no art. 47-C que, como regra, não haverá limite para o número de autorizações para os serviços regulares de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, admitindo-se, como exceção, aqueles casos em que possa acontecer inviabilidade operacional. Como se percebe, no período de transição, a ANTT tomou a cautela de restringir o número de operadores em todos os mercados, com vistas a reduzir o risco de descontinuidade da prestação dos serviços que a mudança do regime poderia eventualmente trazer.

Além disso, consoante disposto no art. 4º da Lei no 12.996/2014 e no art. 76 da Resolução no 4.770/2015, a partir de 19 de junho de 2019 os serviços funcionarão em regime de liberdade tarifária. Diante desse cenário, em que, de um lado existe limitação de vagas por mercado e, de outro, liberdade tarifária, esta Agência concluiu a versão preliminar dos estudos de que trata o art. 73 da Resolução no 4.770/2015, o qual foi submetido à Tomada de Subsídio no 10 e posteriormente será objeto de Audiência Pública, no intuito de criar cada vez mais um ambiente em que haja concorrência, mas sem deixar de lado a necessidade da prestação adequada do serviço público, que pressupõe regularidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação do serviço, e modicidade nas tarifas.

Nesse caso, por se tratar de mercado não disponível, deve ser considerada a classificação deste serviço, uma vez que é necessária a aprovação da metodologia para avaliação desses casos ou de outorgas que causem impactos em mercados já existentes. Sendo assim, a área técnica informa sobre o indeferimento do pedido com respaldo no art. 14 da Resolução ANTT nº 5.285/2017 e no inciso I do Art. 3º da Portaria SUPAS nº 249/2018.

III – DA PROPOSIÇÃO FINAL

Isso posto, considerando as instruções supracitadas, **VOTO** por indeferir o pedido da empresa **AUTO VIAÇÃO CRUZEIRO LTDA** de implantação da linha Recife/PE – Imperatriz/MA, e as seções:

De: Recife/PE
Para: Picos/PI, Oeiras/PI e Floriano/PI;

De: Vitória de Santo Antão/PE
Para: Picos/PI, Oeiras/PI, Floriano/PI, Pastos Bons/MA, São Raimundo das Mangabeiras/MA, Balsas/MA, Carolina/MA, Estreito/MA e Porto Franco/MA;

De: Caruaru/PE

MCSL

Para: Picos/PI, Oeiras/PI, Floriano/PI, Pastos Bons/MA, São Raimundo das Mangabeiras/MA, Balsas/MA, Carolina/MA, Estreito/MA e Porto Franco/MA;

De: Arcoverde/PE
Para: Picos/PI, Oeiras/PI, Floriano/PI, Pastos Bons/MA, São Raimundo das Mangabeiras/MA, Balsas/MA, Carolina/MA, Estreito/MA e Porto Franco/MA;

De: Serra Talhada/PE
Para: Picos/PI, Oeiras/PI, Floriano/PI, Pastos Bons/MA, São Raimundo das Mangabeiras/MA, Balsas/MA, Carolina/MA, Estreito/MA e Porto Franco/MA;

De: Salgueiro/PE
Para: Picos/PI, Oeiras/PI, Floriano/PI, Pastos Bons/MA, São Raimundo das Mangabeiras/MA, Balsas/MA, Carolina/MA, Estreito/MA e Porto Franco/MA;

De: Parnamirim/PE
Para: Picos/PI, Oeiras/PI, Floriano/PI, Pastos Bons/MA, São Raimundo das Mangabeiras/MA, Balsas/MA, Carolina/MA, Estreito/MA e Porto Franco/MA;

De: Ouricuri/PE
Para: Picos/PI, Oeiras/PI, Floriano/PI, Pastos Bons/MA, São Raimundo das Mangabeiras/MA, Balsas/MA, Carolina/MA, Estreito/MA e Porto Franco/MA;

De: Araripina (PE)
Para: Picos/PI, Oeiras/PI, Floriano/PI, Pastos Bons/MA, São Raimundo das Mangabeiras/MA, Balsas/MA, Carolina/MA, Estreito/MA e Porto Franco/MA;

De: Floriano/PI
Para: Imperatriz/MA;

por divergir do que discorre nos termos da Resolução ANTT nº 5.285/2017 e na Portaria SUPAS nº 249/2018.

Brasília, 09 de janeiro de 2019.

ELISABETH BRAGA
Diretora

ENCAMINHAMENTO: À **Secretaria-Geral** ***(SEGER)***, com vistas ao prosseguimento do feito.

Em: 09 de janeiro de 2019.
Ass:

Maria Cecília Sant'anna Lacerda
Matrícula: 1247216
Assessoria – DEB

MCSL